



Compromisso de Madrid de Cidades de Paz

A irrupção nas nossas cidades de formas de violência antes inimagináveis, os ataques através das redes sociais, ou a violência no desporto e o terrorismo internacional, fazem com que as populações experimentem uma nova vulnerabilidade. Esta ameaça vem somar-se a outras violências já instaladas nas nossas sociedades, e nem sempre visíveis, que deterioram a qualidade da vida individual e comunitária das cidades, e que é preciso identificar e combater.

Para enfrentar as violências estruturais, interpessoais e culturais, o Ayuntamiento de Madrid, em colaboração com as entidades do Comité Organizador e outras que colaboraram de forma muito ativa, convocaram o *Primeiro Foro Mundial sobre as Violências Urbanas e a Educação para a Convivência e para a Paz*, dando assim cumprimento ao compromisso estabelecido no Conselho Mundial da CGLU (Cidade e Governos Locais Unidos) em Paris, durante a COP 21 de dezembro de 2015.

Este Foro é um espaço concebido para dar visibilidade aos diferentes tipos de violências urbanas, debater as formas de as erradicar, e difundir o pensamento e as práticas capazes de transformar as culturas da violência em culturas de paz e de não violência.

A paz não é apenas a ausência da guerra e dos diversos tipos de violência. A paz é uma cultura que enfatiza as capacidades que possuímos os seres humanos para transformar os conflitos por meios pacíficos e não violentos.

A dor que a violência produz comove-nos e urge-nos a continuar a agir, não só para fazer frente às violências diretas contra as pessoas, sejam estas violências de género, xenófobas ou terroristas, mas também para enfrentar os desajustes estruturais que impedem a satisfação das necessidades vitais. São as violências estruturais que condicionam todos os fatores da vida humana: a nutrição, a esperança de vida, o acesso às oportunidades, a educação, a habitação, o direito ao cuidado e a um meio ambiente limpo, as oportunidades de trabalho e a participação política.

Devemos também enfrentar as violências culturais ou simbólicas presentes na linguagem, na arte, nas religiões, nas ideologias políticas, nos meios de comunicação, na indústria do entretenimento, na ciência, nas instituições e no direito que se constituem em símbolos que procuram legitimar marginalizações, exclusões e expulsões daqueles que são diferentes. Estas violências estão na raiz dos procedimentos de legitimação das violências estruturais e diretas, chegando mesmo a criar mentalidades que justificam as desigualdades e o resto das violências, e que alentam as violências diretas.

Constatamos que as violências emergem da desigualdade e dos conflitos mal abordados, da falta de diálogo e inclusive da falta de informação e do desconhecimento. Afirmamos a importância de distinguir entre violência e conflito.

As cidades, fonte de criatividade, diversidade, atividade e grande riqueza cultural e artística, são também cenário de conflitos. Os nossos dias transcorrem entre conflitos de todo o tipo, intrapessoais, interpessoais, intergrupais, interestatais. No entanto, estes não têm por que conduzir à violência. A cultura da paz apela a transformar os conflitos mediante o diálogo e a negociação de igual para igual, recorrendo a meios não violentos. Não se trata tanto de procurar consensos como de saber gerir as discordâncias, de dar cabimento à diversidade de pensamento, de formas de ver e de formas de vida.

Conhecemos e compartilhamos a riqueza diversa de iniciativas que têm vindo a levar a cabo governos municipais, organizações sociais e organismos internacionais para erradicar as diversas violências que têm lugar nas nossas cidades. Foi um lugar de encontro de entidades e pessoas de 67 países, de debate e de aprendizagem que não pode permanecer apenas como um evento pontual. Reconhecemos a cidade como um espaço idóneo para construir espaços de paz, porque também é na cidade que projetamos as nossas inquietudes, nos relacionamos com os outros e construímos a comunidade.

É por tudo isto que os governos locais e as organizações da sociedade civil que aderimos a esta declaração, **nos comprometemos a:**

1. **Defender a paz frente à guerra.** Os conflitos bélicos geram morte destruição e ódio que perdura ao longo de gerações. A guerra é a máxima expressão das violências, e as cidades não podem ser o cenário da mesma. Este Foro faz um chamamento às cidades e à cidadania de todo o mundo para que ponham todas as energias e ferramentas disponíveis ao serviço da promoção da cultura da paz frente à guerra. Neste sentido, celebramos a abordagem anunciada pelo Secretário-geral das Nações Unidas, centrado na prevenção da guerra e na sustentabilidade da paz, como principal resposta aos conflitos, posicionando as cidades como atores decisivos para cumprir com esta agenda da prevenção.
2. **Exortar os governos estatais a criar, implantar e supervisionar planos de ação para a prevenção das violências,** em estreita colaboração com os governos locais. Isto significa aumentar a colaboração e o intercâmbio de informação entre as diversas administrações, fomentando a supervisão e o cumprimento dos tratados internacionais, das leis e de outros mecanismos de proteção dos direitos humanos que contribuam para prevenir as violências urbanas.
3. **Implantar mecanismos que ponham fim à corrupção.** A corrupção converteu-se numa lacra social importante, que invade a esfera pública e privada, nas sociedades ricas também nas mais pobres. No terreno político, a corrupção mina os alicerces da democracia, no económico produz um incremento dos custos dos bens ou serviços, no judicial corrói o estado de direito, e no social destrói valores éticos e espirituais, como

os valores da solidariedade e da justiça. Muitas das causas das violências urbanas podem explicar-se pelos processos de corrupção. A corrupção é evitável, e é preciso estabelecer mecanismos de controlo cidadão e de transparência na administração local.

4. **Desenvolver planos de atuação local** para fazer frente às violências urbanas e educar para a convivência e para a paz, ou seja:
 - a. A realização de um diagnóstico sobre as violências na cidade, que se possa realizar de maneira partilhada e com a participação dos atores da cidade.
 - b. Analisar as causas das violências.
 - c. Elaborar programas específicos, que abordem a educação, a mediação e a resolução de conflitos de forma não violenta.
 - d. Proporcionar os instrumentos e os recursos económicos e humanos necessários para o desenvolvimento de uma política pública local neste âmbito.

Estes diagnósticos e planos de ação local servirão para construir, no prazo de dois anos (data do próximo Foro Mundial), uma **Agenda Local sobre violências urbanas e a educação para a convivência e para a paz**. O desenvolvimento destes planos locais implica:

5. **Fomentar políticas de equidade e de inclusão a nível local.** A desigualdade constitui um dos grandes desafios das sociedades atuais em todo o mundo. Não acabaremos com as violências urbanas nem construiremos uma convivência positiva se não pusermos fim às relações de domínio e de desigualdade. É necessário formular e implementar programas concretos para reduzir estas desigualdades, elaborados com a participação da sociedade.
6. **Fomentar políticas de cuidados.** Como seres humanos, somos vulneráveis: nascemos e crescemos dependendo uns dos outros, adoecemos, envelhecemos e morremos. O abandono de idosos, a solidão das crianças e a exclusão das pessoas com capacidades diferentes são violências presentes nas nossas cidades. As tarefas de prestação de cuidados, tradicionalmente atribuídas às mulheres, devem ser visíveis, universais e socializadas através da ação da comunidade. Não pode existir igualdade real entre os géneros se não contarmos com políticas de cuidados. Neste sentido, é necessário promover mais apoio aos programas de prevenção primária, e às vítimas das violências.
7. **Promover instrumentos de mediação e de concertação social.** A cidade está submetida a tensões constantes, devido à confrontação de interesses. Os governos locais, através de normas e de planos políticos, têm a capacidade para atuar como catalisadores de diálogo. É por isso que se devem estabelecer instrumentos de mediação e de educação capazes de gerar habilidades para a resolução de conflitos de forma não violenta, com a participação de todos os atores envolvidos.

8. **Estabelecer programas para prevenir as violências urbanas**, com uma abordagem que vá mais além da perseguição e do castigo, que investigue as causas e as raízes de todo o tipo de violências, e que permita desenvolver instrumentos para integrar a prevenção através das políticas sociais e educativas.
9. **Promover iniciativas de promoção da convivência, do respeito e da diversidade.** Abordar as violências que sofrem coletivos específicos (mulheres, pessoas LGBTBI, imigrantes, e grupos de diversidade cultural e religiosa) desde uma conceção tradicional da segurança é insuficiente. É preciso apoiar a investigação sobre as causas e as consequências das violências urbanas que permitam orientar as políticas centradas nas pessoas, nos cuidados, na eliminação dos estereótipos e no desenvolvimento de planos de convivência, e desenvolver planos que incidam, a médio prazo, nos aspetos educativos e culturais.
10. **Desenvolver políticas que fomentem o direito à cidade, garantindo os direitos humanos e a sustentabilidade.** As crises económica e ambiental têm vindo a privar pessoas e territórios do acesso aos meios de sustento e aos direitos sociais. Frente à violência que este facto produz, as cidades podem implementar programas concretos de acesso à habitação, ao trabalho digno, à integração, de prevenção da mudança climática, de fomento da economia social e do direito ao refúgio, que contribuam para gerar uma melhor convivência.

Finalmente, comprometemo-nos a difundir, a implicar e a incorporar mais governos locais e as suas associações regionais, nacionais e internacionais, bem como as organizações da sociedade civil, na implantação destes compromissos, e a estender esta mensagem aos governos, aos meios de comunicação, aos agentes económicos, e à área da justiça, académica, educativa e aos organismos internacionais.

Com este propósito estabelece-se uma Secretaria Técnica internacional, que será uma forma de fazer com que este Primeiro Foro Mundial sobre as Violências Urbanas e a Educação para a Convivência e para a Paz continue vivo e a formar parte da agenda internacional das cidades.

Reafirmamos o nosso compromisso de continuarmos a criar alianças globais, municipais e cidadãs para a promoção de uma Cultura de Convivência e de Paz.

Em Madrid, no dia 21 de abril de 2017